

A reinterpretação religiosa e política dos santos populares lisboetas na *Praça da Figueira* de Fernando Pessoa

José Barreto*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, 13 de Junho, Festa Junina, Santos populares lisboetas, Santo António, São João, São Pedro, Praça da Figueira, Estado Novo, Maçonaria, Censura, Alfredo Margarido, Assento de baptismo de Fernando Pessoa.

Resumo

Apresenta-se o tríptico de poemas «Santo António», «S. João» e «S. Pedro», que Fernando Pessoa escreveu em Junho de 1935, durante as festas dos três «santos populares» de Lisboa, e que projectava publicar sob o título *Praça da Figueira*, mas deixou inéditos. O tríptico foi publicado pela primeira vez em 1986, com um estudo introdutório de Alfredo Margarido, que aqui é comentado. Com *Praça da Figueira*, Fernando Pessoa pretendia contestar a apropriação dos tradicionais festejos populares para os fins religiosos e políticos da Igreja católica e do seu aliado, o Estado Novo de Salazar. Para tal, o poeta enfatiza o cunho pagão e dionisíaco das festas juninas e associa provocatoriamente S. João à Maçonaria, então a inimiga principal do regime salazarista e da Igreja.

Keywords

Fernando Pessoa, June 13, June Festival, Popular Lisboner Saints, Saint Anthony, Saint John, Saint Peter, Figueira Square, Portuguese Estado Novo, Freemasonry, Censorship, Alfredo Margarido, Baptism certificate of Fernando Pessoa.

Abstract

The author presents the triptych of poems “Santo António,” “S. John” and “S. Pedro,” which Fernando Pessoa wrote in June 1935, during the feasts of the three “popular saints” of Lisbon, and which he planned to publish under the title *Praça da Figueira* but left unpublished. The triptych was first published in 1986, with an introductory study by Alfredo Margarido, which is discussed here. With *Praça da Figueira*, Fernando Pessoa intended to challenge the appropriation of the traditional popular festivities for the religious and political ends of the Catholic Church and its ally, Salazar’s Estado Novo. For this, the poet emphasizes the pagan and Dionysian imprint of the June festivals and associates St. John with Freemasonry, then the main enemy of the Salazar regime and the Church.

* Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

É sabido que Fernando António Nogueira Pessoa deve os seus dois nomes próprios à circunstância de ter nascido a 13 de Junho, dia de Santo António (ver ANEXO 3), o qual, antes de tomar o nome religioso, era Fernando de baptismo. Desta dupla associação, cronológica e onomástica, do poeta a Santo António (sendo também ambos nascidos em Lisboa), não ficou na obra literária pessoana outra marca, além do poema «Santo António», escrito dias antes do último aniversário de Pessoa em vida, e de duas quadras que também dedicou ao santo¹. Mesmo assim, o poema «Santo António» não foi concebido para uma existência autónoma, pois era parte integrante de um tríptico dedicado aos três santos populares de Lisboa.

«Praça da Figueira» foi o título que *a posteriori* Fernando Pessoa deu ao conjunto dos poemas «Santo António», «S. João» e «S. Pedro», que terão sido todos escritos no dia 9 de Junho de 1935, segundo reza o preâmbulo do autor aos mesmos. Os poemas ficaram inéditos em vida do poeta, mas ele pensou publicá-los em livro, como também sugere a sua referência ao «livro da trilogia» num verso de «S. Pedro». O título geral «Praça da Figueira» não aparece, contudo, nos originais dos poemas que se encontram no espólio do escritor, nem junto deles. Na folha-invólucro em que se continham os três originais, pode ler-se, à laia de título: «S. Antonio | S. João | S. Pedro» (BNP/E3, 63-17^r, ver imagem em anexo). Não se pode excluir que, inicialmente, assim tenha sido pensado, mas o título *Praça da Figueira* é o que vai aparecer em vários projectos editoriais de 1935 e, num deles, com indicação explícita do conteúdo da projectada publicação, plausivelmente um opúsculo: «*Praça da Figueira*. | 1. Santo Antonio. | 2. S. João. | 3. S. Pedro».² Noutra modalidade de publicação, o tríptico «Praça da Figueira» poderia vir a integrar um volume intitulado *Canções da Derrota*, juntamente com os poemas «Á Memoria do Presidente-Rei Sidonio Paes», «Elegia na Sombra», «Reminiscencia (O Capitão, o Contramestre, o Mar)» e «Chamada» (BNP/E3, 48E-38^r, ver em ANEXO 2).

O triplo poema dos «santos lisboetas de Junho» (como lhes chama o autor no preâmbulo, riscando a primeira redacção de «santos populares») foi publicado pela primeira vez em Fernando Pessoa, *Santo António, São João, São Pedro* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1986), com introdução de Alfredo Margarido e fixação de texto de António Brás de Oliveira. Esta primeira publicação decidiu arbitrariamente ignorar o título com que Pessoa projectou publicar os poemas, *Praça da Figueira*. Fosse qual fosse o motivo dos responsáveis da edição, obviamente não lhes competia decidir sobre uma matéria que o autor já havia claramente decidido. A segunda publicação dos poemas, com notáveis diferenças, viu a luz em *Poemas de Fernando Pessoa 1934-1935*, em edição crítica de Luís Prista (PESSOA, 2000: 207-216). O título que Pessoa

¹ «Santo António, de Lisboa» e «No dia de Santo António», datáveis respectivamente de 1934 e 1935 (Pessoa, 1997: 107 e 153).

² BNP/E3, 133F-26^r. Ver também os projectos editoriais 48B-90^r, 63-31^r e 48E-38^r. Os quatro projectos editoriais com referência à *Praça da Figueira* são reproduzidos no ANEXO 2.

deu à trilogia foi correctamente retomado nesta edição, que também corrigiu vários erros de transcrição da anterior. A nossa leitura dos poemas, com poucas discrepâncias em relação a esta segunda edição, pode ler-se no ANEXO 1.

Sobre as razões que terão levado Pessoa a escolher esse título geral para os três poemas, começemos por lembrar que a Praça da Figueira e o seu grande mercado abastecedor exerciam há muito uma enigmática atracção sobre Fernando Pessoa. Testemunha-o o *Soneto já antigo* de Álvaro de Campos, datável de ca. 1915 e publicado pela primeira vez na revista *Contemporanea*, em 1922 (veja-se PESSOA, 2014: 34-35), em que o poeta confessa que ama «aquele lugar lógico e plebeu», sem, todavia, saber porquê nem se importar com isso:

A Praça da Figueira de manhã,
Quando o dia é de sol (como acontece
Sempre em Lisboa), nunca em mim esquece,
Embora seja uma memoria vã.

Há tanta coisa mais interessante
Que aquelle logar logico e plebeu,
Mas amo aquillo, mesmo assim... Sei eu
Porque o amo? Não importa nada... Adeante!

Isto de sensações só vale a pena
Se a gente se não põe a olhar para ellas.
Nenhuma d'ellas em mim é serena...

De resto, nada em mim é certo e está
De accordo comsigo próprio. As horas bellas
São as dos outros, ou as que não ha.

A escolha por Pessoa do título genérico *Praça da Figueira* relaciona-se principalmente com o facto, hoje talvez já esquecido, de essa praça do centro de Lisboa, com o seu grande e buliçoso mercado, ter sido durante longos anos o ponto nevrálgico das festas juninas lisboetas, as festas dos «santos populares». Era-o já na primeira metade do século XIX, como o documenta uma passagem das *Recordações do ano de 1842*, do príncipe Felix Lichnowsky, em visita a Portugal nesse ano, que refere especificamente a Praça da Figueira como local das festas dos «santos». Na viragem do século, Alfredo Mesquita, na sua monumental *Lisboa* (1903), dedica uma página de grande colorido aos folguedos nocturnos de Santo António, S. João e S. Pedro, tendo como pano de fundo o mercado da Praça da Figueira. Diga-se que, desde 1885, o mercado estava abrigado num vasto edifício de ferro coberto, cujo interior, por altura dos santos populares, era sempre engalanado pelos feirantes. António Ferro, num artigo de 1921 para a *Ilustração Portuguesa* intitulado «A Praça da Figueira», diz sobre as festas lisboetas de Junho e a «praça pagã» que lhes servia de cenário:

Praça da Figueira, praça alegre, praça pagã, que até no nome sabe bem, no seu nome verde, no seu nome sumarento. [...] A Praça da Figueira, que nunca deixa de estar em festa, tem as suas festas oficiais em Junho, no mês dos Santos – nas noites de Santo Antonio, S. João e S. Pedro. Nessas noites, noites em que o majarico é rei, não ha frutos na praça, ha corpos, corpos saudáveis, corpos foliões – as melhores frutas da Praça... Em todas as mãos, o majarico é o emblema da Hora, o enternecido vaso de majarico onde todos nós, no mês dos Santos, plantamos no nosso coração lusiada um cravo de papel, um cravo onde as quadras mais desageitadas ficam lindas... [...] Pois na Praça da Figueira, nas noites de Santo Antonio, de S. João e de S. Pedro, o majarico é rei. Toda a noite, toda a santa noite, grupos de foliões cirandam pela praça, uma cantiga nos labios, só cantiga, uma cantiga onde as palavras são o menos, balões no alto dos paus, a opiá-los, a dar-lhes ilusão duma vida caprichosa, duma vida colorida... Ha assobios, ha gritos, ha cantigas, ha uma cidade endiabrada que esconde as chaves a S. Pedro – para não entrar no ceu por aquelas semanas mais próximas.

(FERRO: 1921)

Com o advento do Estado Novo, os «santos populares» tornaram-se alvo de cooptação, promoção e enquadramento pelo poder político, que os englobou num programa de âmbito e propósitos muito mais vastos, as Festas de Lisboa. O eixo dos festejos dos santos populares começou então a migrar para o Terreiro do Paço, a Avenida da Liberdade e o Parque Eduardo VII. Estes locais mais espaçosos permitiam acolher o prato forte do novo programa, o popular concurso das marchas dos bairros, uma «tradição» inventada em 1932 por José Leitão de Barros (MELO, 2013: 270-271), explorando o espírito de competição bairrista. A Praça da Figueira manteve, contudo, até 1948 alguma da sua antiga força de atracção na noite de Santo António. O golpe final viria em 1949, com o desmantelamento do velho mercado, que era, de facto, o coração das tradicionais festas daquela praça, espontâneas e não enquadradas pelo poder político ou pela Igreja.

Durante a primeira quinzena de Junho de 1935, a câmara municipal de Lisboa e o governo organizaram as Festas de Lisboa, que já tinham tido uma primeira edição no ano anterior. Era uma oportunidade para associar as tradições festivas dos santos populares aos desfiles, cortejos históricos, exposições e outros eventos de propaganda e consagração do regime, associação em que as autoridades viam «insofismáveis benefícios de ordem política» (cit. por MELO: 278-279). No dia 1 de Junho, fora dado o sinal de partida das festas oficiais da capital, com a inauguração pelo presidente de República, Óscar Carmona, da Exposição Antoniana, uma exposição iconográfica e bibliográfica dedicada a Santo António, estando presentes o patriarca de Lisboa, cardeal Cerejeira, e vários ministros do governo de Salazar. Sublinhe-se que, no ano anterior, precisamente a 13 de Junho de 1934, o cardeal Cerejeira anunciou ao microfone da Emissora Nacional que o papa Pio XI declarara naquele mesmo dia Santo António «patrono de Portugal» (ao lado de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira oficial do reino desde 1646). Na sua mensagem radiofónica, o patriarca de Lisboa proclamava: «Exultem todos os

portugueses! Nesta hora de esperança para a Pátria Portuguesa, o Vigário de Cristo confia ao filho mais ilustre de Portugal [Santo António] a missão de proteger, junto de Deus, a Nação que foi a sua e nossa mãe» (CEREJEIRA, 1936: 311-313). A «hora de esperança» da pátria era uma alusão pouco velada ao regime recém-instaurado em Portugal, para ele certamente muito esperançoso. Ora o acto do papa anunciado triunfalmente por Cerejeira pode também ser visto como uma tentativa de associação subliminar do santo ao ditador português, que se chamava António, sobretudo quando se sabe ter sido Pio XI um admirador de Salazar, por ele descrito em 1932 como o homem que a Providência escolhera para salvar Portugal (SIMPSON, 2014), e do seu regime, que em 1934 qualificou como «um milagre da Providência» (CRUZ, 1998: 54). Santo António aparece nas palavras de Cerejeira não como o santo de Lisboa ou de Pádua, mas como o santo nacional por excelência, o «filho mais ilustre de Portugal» e o protector da Nação (e do regime) junto de Deus.

Para além do concurso das marchas dos bairros, que decorreu na noite de 9 de Junho de 1935, vários outros eventos do programa oficial de festas lisboetas tiveram um sabor meramente nacionalista ou passadista sem qualquer relação, religiosa ou outra, com os santos de Junho: o Cortejo do Trabalho Nacional, de cunho claramente corporativista; o Torneio Medieval, realizado no claustro do mosteiro dos Jerónimos; a exposição Lisboa Antiga, consistindo na reconstituição em tamanho natural de um bairro medieval; o faustoso Cortejo Medieval, com centenas de figurantes a cavalo e a pé, organizado pelo já referido Leitão de Barros. Aos diversos eventos assistiram, do alto das suas tribunas, governantes, militares e representantes do alto clero, numa espécie de revivescência das festas reais de outras épocas. Assistiram também a esses cortejos e solenidades numerosos intelectuais estrangeiros em visita a Portugal, convidados oficiais do SPN de António Ferro, entre os quais Jules Romains, o poeta Maurice Maeterlinck («o Goethe do século XX», segundo então titulóu o *Diário de Lisboa*, ou «fogão do Mistério apagado!», segundo Álvaro de Campos no «Ultimatum» de 1917) e Hans Friedrich Blunck, presidente da Câmara dos Escritores Alemães do regime nazi.

Os poemas «Santo António», «S. João» e «S. Pedro» foram escritos por Fernando Pessoa, como se disse, a 9 de Junho de 1935. Na noite desse domingo realizou-se o referido concurso das marchas dos bairros de Lisboa. Não sabemos que contacto directo Pessoa terá tido, se teve algum, com o ambiente festivo que nesses dias e noites atraiu grandes multidões às ruas do centro da cidade. O poeta atravessava então uma das suas fases depressivas, patente na descrente e soturna «Elegia na sombra» (a que se chamou a anti-*Mensagem*), escrita no dia 2 desse mês. Como provam vários textos e projectos editoriais desse ano, Pessoa estava descontente com o ascendente ideológico e cultural que a Igreja católica, apoiada pelo governo, estava visivelmente a reconquistar na vida nacional. Recém-saído, também, de um frustrante confronto público, na imprensa, com o regime de

Salazar (a propósito da lei de extinção da Maçonaria, aprovada pela Assembleia Nacional a 21 de Maio³), não custa imaginar que Pessoa estivesse recolhido naquele dia festivo, talvez até fora de Lisboa, e ali tivesse escrito os 320 versos da trilogia a que chamará depois «Praça da Figueira», bem como o poema «Reminiscencia» (O Capitão, o Contramestre, o Mar)», datado do mesmo dia 9 de Junho e também com inclusão prevista, como já se disse, num hipotético volume significativamente intitulado *Canções da Derrota*.⁴

*

Dado que a primeira publicação, em 1986, de *Praça da Figueira*, embora sem o título que Pessoa lhe deu, ficou associada à apresentação que Alfredo Margarido dela fez, bastante terá de ser dito aqui a respeito desta última, tanto mais que nenhum outro estudo foi até hoje dedicado àqueles três poemas, tirando o já citado trabalho filológico de Luís Prista. Com efeito, Margarido escreveu para o livro *Santo António, S. João, S. Pedro* uma longa introdução de 81 páginas, num total de 118 do volume. Defende nela que Fernando Pessoa, nesse último ano de vida, recuperou «a sua veemência anticatólica» e que o trio de poemas dos santos populares é passível de uma «leitura tanto religiosa como política» (p. 10). Esclarece mais adiante o que quer dizer: «Pessoa pretende separar os três santos da zona de influência da Igreja católica, como daqueloutra já dominada pelo poder político do Estado Novo» (p. 21). Podemos concordar, até certo ponto, com esta apreciação geral (adiante se voltará ao assunto), ainda que discordemos de aspectos colaterais da argumentação de Margarido, para não referir algumas teses insólitas contidas na minuciosa análise literária que o mesmo faz dos três poemas. Entre essas teses, destaque-se a de que a alegada preferência manifestada por Pessoa, nos seus poemas, pelos dois santos «infantis» (Santo António e S. João), em detrimento do «velho» S. Pedro, relevaria de «uma nítida construção pedófila», de «hesitantes» fronteiras entre o físico e o intelectual, algo que, segundo o mesmo autor, teria já encontrado as suas primeiras expressões na obra do poeta em «Antinous» e no «Guardador de Rebanhos» de Caeiro (pp. 24-26). Visivelmente, Margarido não tomou em conta na sua análise o que Pessoa escreveu na recensão que em Janeiro de 1935 fez do livro *Romaria*, do franciscano Vasco Reis, o premiado na «primeira categoria» de poesia do concurso literário do SPN em que Pessoa foi premiado na «segunda categoria». Nesse texto publicado no *Diário de Lisboa* (Pessoa: 1935), em

³ Ver a este respeito BARRETO (2011).

⁴ «Reminiscencia (O Capitão, o Contramestre, o Mar)», datado de 9-6-1935 e publicado pela primeira vez em PESSOA (2000: 205-207), mas sem o título, que não está no original do poema, mas sim no projecto de *Canções da Derrota* (BNP/E3, 48E-38^r). Pela leitura do poema, é possível identificá-lo, sem margem para dúvida, como aquele a que Pessoa destinava o título «Reminiscencia (O Capitão, o Contramestre, o Mar)».

que faz um elogio subtilmente irónico da obra premiada, Pessoa analisa criticamente o catolicismo português, descrevendo-o como «uma meiguice religiosa, preguiçosamente incerta do em que realmente crê», acrescentando, sobre o culto dos *meninos* na religiosidade lusa, o seguinte:

Por isso o nosso vero Deus Manifesto é, não o Deus uno e trino, ou qualquer das Pessoas da Trindade, mas um Cupido católico chamado o Menino Jesus. Por isso não curamos de Maria Virgem, mas só de Maria Mãe. Por isso os nossos santos autênticos são um S. João Baptista menino – isto é, de muito antes de ele ser Baptista – ou um Santo António concebido irremediavelmente como um adolescente infantil, cuja função distintivo – a de consertar bilhas – é um milagre-brinquedo. Quanto ao Diabo, nunca um português acreditou nele. A emoção não permitiria. O Padre Vasco Reis – a quem Deus fez ser franciscano para fins simbólicos – pertence portuguesmente a este catolicismo amoroso. [Ortografia actualizada]

É, pois, na pele de sociólogo crítico que Pessoa sublinha – aqui e no tríptico «Praça da Figueira» – o carácter infantil ou adolescente dos dois santos lisboetas, e não por devoção, especial simpatia ou inclinação pedófila (intelectual ou física) do poeta pelos ditos. O seu fito é o de caracterizar o catolicismo português, sobre o qual Pessoa projectava em Outubro de 1935 publicar no *Diário de Lisboa* três textos⁵: um, intitulado «A Religião e os Meninos», de que não achámos rascunho no espólio, mas cujo título permite facilmente adivinhar qual seria o seu tema; outro, intitulado «Fátima», com uma análise das aparições da Cova da Iria e, por via dela, da «religiosidade portuguesa» ou do «catolicismo típico» do povo português, mas de que o autor nos deixou apenas um «preâmbulo» pleno de ironia; e ainda «Marcha sobre Roma», um texto violentamente anticatólico, apenas começado.⁶ Naturalmente, estes dados seriam desconhecidos de Margarido ao tempo da publicação do livro *Santo António, S. João, S. Pedro*, o que não o impediu, todavia, de se aventurar em conjecturas sobre a pedofilia de Fernando Pessoa. Ora do ponto de vista do poeta, se se pudesse falar de «pedofilia», essa seria a do «catolicismo típico» do povo português.

Na introdução ao livro, Margarido começa por sustentar que a feitura do triplo poema dos santos populares se situa numa fase de ruptura política de Pessoa com o regime de Salazar, fase essa que ele data do início de Fevereiro de 1935. Em defesa desta particular tese – que se baseia em alguma evidência factual, mas que, em si mesma, já mereceria fortes reparos –, Margarido embrenha-se depois numa série de juízos especulativos e indemonstrados sobre o posicionamento político do poeta. Uma das suas premissas nucleares é a de que Pessoa, até aos primeiros meses de 1935, teria sido «um adepto convicto da excelência do regime ditatorial, sobretudo após a irrupção do prof. Oliveira Salazar, como ministro das Finanças primeiro, como presidente do conselho de ministros a partir de 1932» (p. 11). Não

⁵ Ver o projecto editorial com a cota BNP/E3, 48B-90.

⁶ «Fátima» e «Marcha sobre Roma» acham-se publicados em BARRETO (2009: 263-265 e 274-277).

nos ocuparemos aqui de outras rotulações temerárias de Fernando Pessoa assinadas por Margarido, como a de «talassa legitimista» (p. 23) ou a de «darwinista» (pp. 23-24) – queria talvez dizer *social-darwinista*, o que não é o mesmo. Margarido fala, pois, repetidamente da «adesão» de Pessoa ao salazarismo político (pp. 12, 14 e 18) e até da sua «adesão às propostas estéticas» do salazarismo (p. 14). Como se infere do trecho acima citado, a suposta adesão de Pessoa ao salazarismo político ter-se-ia dado por volta de 1928 e ter-se-ia mantido, em crescendo, até começos de 1935. É partindo desse pressuposto de uma prévia adesão que Margarido seguidamente fala da «ruptura» do poeta com o ditador e o Estado Novo, manifestada primeiramente com a publicação do artigo «Associações Secretas», em defesa da Maçonaria (*Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro de 1935), continuando depois a manifestar-se no conhecido tríptico de poemas satíricos sobre Salazar, que ao tempo Pessoa divulgou através de cópias dactilografadas e que só nos anos 1960 e 1970 foram finalmente publicados. Nada é dito, porém, sobre os possíveis motivos desse súbito e misterioso rompimento, que teriam levado um alegado «adepto convicto» do salazarismo a vir publicamente em defesa do então inimigo principal desse mesmo regime – um rompimento aparentemente tão mais inopinado quanto no final de Dezembro de 1934 a *Mensagem* de Pessoa fora premiada pelo organismo de propaganda do regime, dirigido por António Ferro. Sem outra explicação, Margarido limita-se a afirmar que o poeta, não renunciando às suas ideias políticas de sempre (leia-se: a apologia de ditaduras e de ditadores carismáticos), resolveu simplesmente «pôr em causa as condições em que aderira e apoiara a política do prof. Oliveira Salazar» (p. 18) – o que não esclarece nada acerca dos motivos de Pessoa, parecendo antes abrir a porta à consideração de razões puramente pessoais. Apenas é mencionado, como indício do descontentamento político de Pessoa, um rascunho de uma carta deste a Casais Monteiro, datado de 30 de Outubro de 1935, em que o poeta exprimia a sua repulsa pela defesa que o ditador fizera da imposição de directrizes políticas à arte e à literatura (discurso de Salazar a 21 de Fevereiro desse ano, na sessão de distribuição dos prémios literários do SPN). Mas, de imediato, Margarido relativiza esse possível descontentamento, declarando ser «difícil aceitar sem análise as declarações peremptórias de Fernando Pessoa» (p. 18). Margarido estava então sobretudo apostado em contrariar as opiniões de Jorge de Sena, Jacinto Prado Coelho e Pedro da Silveira, que nos anos 1970 teriam erradamente descoberto em Pessoa um anti-salazarista e, até, um antifascista (p. 23). Mas o afã de Margarido em sustentar o contrário esbarra na sua própria constatação do rompimento público do poeta com o ditador, facto que foi obrigado a reconhecer, mas para o qual nunca conseguiu apresentar qualquer motivo plausível. Na verdade, Margarido ignorava ainda, quando escreveu a sua introdução (1985-1986), a existência de uma série de escritos inéditos de Pessoa críticos de Salazar, do salazarismo, do fascismo italiano, do Estado Novo, da Constituição de 1933, do

corporativismo ou da censura, assim como não conhecia senão uma pequena parte dos poemas anti-salazaristas de Pessoa. Esse conjunto de textos políticos e poemas, só trazidos a público nos anos e nas décadas seguintes, poderia ter-lhe fornecido uma chave para a compreensão do posicionamento político do poeta. Cite-se, à cabeça desses textos, a chamada «nota autobiográfica» de Fernando Pessoa, de 1935, cuja versão não censurada só foi publicada em Portugal em 1988 e que poderia ter sido muito elucidativa para Margarido (BARRETO, 2017). Na década de 1980, à míngua de informação, mas confessando assumir o risco de se aventurar em teses não documentadas, Margarido chegou a emitir alguns juízos delirantes em artigos que publicou, como aquele em que, dissertando sobre o «curioso anti-salazarismo» de Pessoa («curioso» porque ele o não entendia), sustentava que «para Pessoa, a figura carismática por excelência é, naturalmente, Mussolini, cujo verbo e cuja veemência física se aproximam de Hitler, mas se afastam de Salazar» (MARGARIDO, 1984). O que aí se sugere é que o anti-salazarismo de Pessoa se deveria a uma maior admiração sua por Mussolini e Hitler, o que sabemos hoje ser rotundamente falso (sobre esta temática, ver PESSOA, 2015 e BARRETO, 2013a). O desconhecimento que Margarido revela do manancial de escritos inéditos do espólio pessoano poderá explicar, de par com os seus notórios preconceitos políticos, estas e outras opiniões surpreendentes que deixou impressas. Num parêntese, diga-se que hoje só poderá fazer sorrir aquele seu juízo de 1986, na introdução ao livro *Santo António, S. João, S. Pedro*, de que «os inéditos propriamente ditos [de Fernando Pessoa] começam a ser raros, quando não raríssimos, pelo menos no que diz respeito à poesia» (p. 9). Na verdade, contam-se por várias centenas os poemas inéditos de Pessoa que saíram da arca para o público desde que Margarido fez tão imprudente vaticínio.

Em vários trabalhos (BARRETO, 2008, 2013a), incluindo a colectânea de escritos pessoanos *Sobre o fascismo, a Ditadura Militar e Salazar* (PESSOA, 2015), mostrámos como o escritor, em numerosos apontamentos sobre Salazar escritos desde 1930, se distanciava já criticamente da sua política, que considerava inspirada nas doutrinas contrarrevolucionárias do Integralismo Lusitano e de Charles Maurras, e como em escritos dos anos 1920 tecera contundente críticas ao fascismo italiano. É também certo que Pessoa episodicamente se considerou um apoiante da situação, mas um apoiante por *aceitação*, não por *convicção* ou *doutrina*, como deixou bem claro (BARRETO, 2008: 193). Pessoa reconhecia certas as qualidades do ditador, que contrastavam com a verbosidade oca e inconsequente dos governantes da 1.^a República, mas rotulou a elevação de Salazar de ministro das Finanças a chefe do governo, em 1932, como a «cesarização de um contabilista», ou seja, alguém inapto para dirigir um país, que «não pode governar-se por contabilidade» (*idem*, 177). A partir de Fevereiro de 1935, as críticas de Pessoa a Salazar intensificaram-se e alargaram-se, ganhando veemência e fundamentação doutrinária – o que Margarido na sua análise confunde com uma

súbita (e inexplicável) ruptura do até então «adepto convicto» que Pessoa teria sido, mas, realmente, nunca foi. Nos últimos meses de vida, vemos Pessoa empenhado em sistematizar o seu pensamento político, que designou *nacionalismo liberal*, para o demarcar claramente do nacionalismo fascista e do nacionalismo autoritário, corporativista e católico de Salazar (BARRETO, 2013b). O anti-salazarismo de um assumido conservador liberal como Pessoa não seria certamente o de um homem da esquerda, mas também nunca foi o anti-salazarismo de um fascista ou fascizante como Rolão Preto, ao contrário do que Margarido insinua (p. 17).

Outro paradoxo da introdução de Margarido a *Santo António, S. João, S. Pedro*, gira em torno da alegada adesão de Pessoa às «propostas estéticas do salazarismo». Margarido sustenta, de modo aliás arbitrário, que os atributos essenciais daquilo a que chama «estética do salazarismo» seriam «a religiosidade popular e sobretudo o populismo» (pp. 12-13). Ora a tese da adesão de Pessoa a tal estética, assim definida, esbarra novamente na constatação do próprio Margarido de que os três poemas de *Praça da Figueira* foram, de facto, escritos «com um espírito polémico evidente», isto é, segundo o próprio explica, com um espírito contrário à valorização política das «práticas populares» que o Secretariado de Propaganda Nacional, promotor da dita «estética do salazarismo», procurava impor, nomeadamente pela «mobilização dos santos populares» (pp. 20-21). O paradoxo é aparentemente atenuado por Margarido com o argumento de que, em 1935, «o poeta começa a separar-se da visão populista do regime salazarista» (p. 10), mas novamente sem provar o que nessa alegação está implícito, isto é, que Pessoa teria anteriormente abraçado tal visão populista. Um indício de que Pessoa teria aderido no passado à «estética do salazarismo» estaria, segundo Margarido (p. 14), nas quadras que o poeta escreveu em 1934 – as chamadas «quadras ao gosto popular» ou «quadras populares», segundo as designações usadas pelos seus primeiros editores, Georg Rudolf Lind e Jacinto Prado Coelho, mas que o próprio Pessoa designou simplesmente *quadras* ou *cantares*, como nota Luís Prista (PESSOA, 1997: 7-11). Como Prista observa, os epítetos de «populares» ou «ao gosto popular» dificilmente resistiriam à sua confrontação com os textos das quadras. Ora, mesmo que fossem admissíveis os atributos com que Margarido define a «estética do salazarismo», restar-lhe-ia provar que as quadras de Pessoa possuem esses atributos, ou seja, a valorização da «religiosidade popular» e do «populismo salazarista». Mas Margarido não o faz, nem sequer esboça uma análise das quadras pessoanas, bastando-lhe que estas sejam «populares» na mera forma para que, segundo ele, fique provada a adesão do seu autor ao populismo salazarista.

Note-se *en passant* que Margarido declara que a *Mensagem*, ao contrário das quadras, «não cabia nos parâmetros apertados» da estética salazarista (p. 14) – isto depois de, no ano anterior, ter rotulado a *Mensagem* como «obra de exaltação nacional-fascista» (MARGARIDO, 1985). Segundo Margarido conjectura, o prémio

com que o SPN contemplou a *Mensagem* teria sido realmente concedido não à obra em si, que não cabia nos tais «parâmetros apertados», mas sim a Fernando Pessoa, como um gesto pessoal do seu amigo António Ferro, conhecedor não só do talento do poeta, como das suas necessidades financeiras (p. 13). Ora, este argumento choca novamente com a evidência disponível, por exemplo, o facto de a *Mensagem* ter tido uma recensão muito laudatória de João Ameal no órgão oficial do salazarismo, o *Diário da Manhã* (AMEAL, 1935).

Cai, todavia, por si mesma a tese de Margarido de que as quadras «populares» documentam a adesão de Pessoa, que ele data de 1934, às «propostas estéticas do salazarismo», se atentarmos que o mesmo autor afirma que, logo em 1935, com os poemas de *Praça da Figueira*, o poeta se separa da «visão populista do regime salazarista». Acrescente-se que a argumentação de Margarido repousa no desconhecimento de que as quadras em questão foram escritas não só em 1934, como também no ano seguinte, «até pelo menos meados de 1935, já depois da época em que [Margarido] situa a ruptura [de Pessoa] com o Estado Novo e o salazarismo», como muito bem observa Luís Prista (PESSOA, 1997: 70). Mais: no verão de 1935, depois de ter entrado publicamente em confronto com o regime de Salazar e depois de ter escrito os poemas «Santo António», «S. João» e «S. Pedro», Pessoa ainda continuava a programar a publicação de um volume intitulado *Quadras*, ao lado de outros intitulados *Praça da Figueira* e *Tarde e a Boas Horas* (este último um livro que deveria conter as peças da polémica por ele iniciada sobre a lei de extinção da Maçonaria, bem como a sua resposta às críticas de que foi alvo na imprensa do regime), como se vê no projecto editorial com a cota BNP/E3, 63-31^r (ver ANEXO 2), que deita por terra a argumentação de Margarido.

*

O trio de poemas do projectado livro *Praça da Figueira* é desigual, na medida em que aquilo que o poeta quis dizer ficou perfeitamente expresso em «Santo António» e «S. João», restando para «S. Pedro» apenas a missão de completar a trilogia dos santos lisboetas. Di-lo o próprio autor numa estrofe do terceiro poema, interpelando S. Pedro, o «carcereiro do céu», que ele não sabe porque veio parar a Junho e a Lisboa, já que nada teria em comum com os outros dois santos:

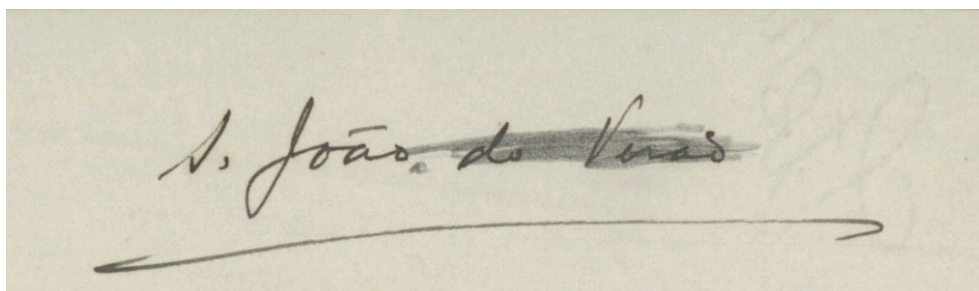
Olha, eu confesso
Que nunca escreveria
Este vago poema, em que me apresso
Só para me ver livre do teu nada,
Se não fosse para dar um cunho
A este livro da trilogia
(Santo Antonio, S. João, S. Pedro. —
De popular, que bem que sôa!)
Mas porque diabo de intuição errada

É que vieste parar a Junho
E a Lisboa?

Margarido, na sua introdução (pp. 24-26), também sublinha esta heterogeneidade do tríptico, mas principalmente para acentuar o contraste entre a imagem de juventude dos dois primeiros santos e a velhice de S. Pedro – aspecto subsidiário da tese margaridiana sobre a pedofilia de Fernando Pessoa, de que acima se tratou já.

Se o objectivo de Pessoa tivesse sido o de separar os três santos populares das zonas de influência da Igreja católica e do Estado Novo, poderíamos constatar que o poeta só o fez claramente em relação a Santo António e S. João. Alertando o leitor, no preâmbulo, para o facto de os poemas não serem nem pretenderem ser «populares», o poeta diz que eles se baseiam, de facto, no «obscuro sentimento pagão do nosso povo», mas que pretendem passá-lo para outro nível. Realmente, os poemas não são populares, mas Pessoa opõe neles a emoção popular e o sentir pagão do povo aos propósitos da hierarquia da Igreja e do poder. Ao santo feito pelo papa, ao franciscano e ao insigne pregador que Santo António era para a Igreja católica, Pessoa opõe a imagem paganizada e dionisíaca consagrada pelas festas populares e pelo povo, que não seria seu *devoto*, mas sim seu *amigo*. Santo António é, diz o poeta, o santo das raparigas, de Lisboa e do povo, o santo das danças, das cantigas e do vinho derramado, o santo que o Diabo promoveu a manjerico. Dois versos dão o mote a todo o poema. «Qual Santo António! Tu és tu. / Tu és tu como nós te figuramos». Esse é também o Santo António que Fernando Pessoa, nascido no seu dia («santo dia profano»), considera como seu, e não o outro, «católico, apostólico, romano» – o santo celebrado na Exposição Antoniana inaugurada pelos altos representantes da Igreja e do Estado na abertura das Festas de Lisboa, dias antes de estes poemas serem escritos, ou o santo que o papa tinha proclamado em 1934 como novo padroeiro de Portugal, talvez por se chamar António, como Salazar.

No poema «S. João», o poeta volta até certo ponto a insistir numa idêntica oposição entre o santo da Igreja (S. João Baptista, o Precursor) e a imagem que dele faz o povo, para quem ele «não é o precursor de nada», mas apenas um rapaz com um «cordeiro pequenino» ao colo e, também, um símbolo pagão do solstício do verão. De facto, «S. João do Verão» foi o primeiro título que Pessoa deu ao poema, antes de o abreviar para «S. João». Ora, S. João do Verão e S. João do Inverno (este, o Evangelista, celebrado em Dezembro) são designações maçónicas das festas dos solstícios.



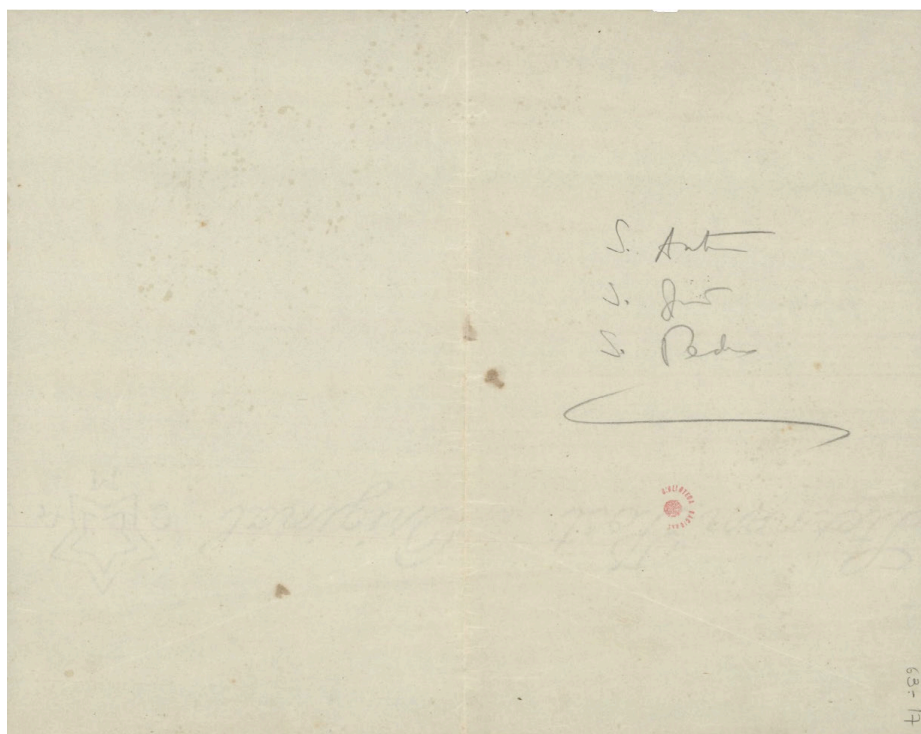
O título original «S. João do Verão» abreviado para «S. João» [BNP/E3, 63-21^r, pormenor].

Em «S. João», Pessoa vai, de facto, mais longe que em «Santo António», opondo o santo não só à Igreja, como também, mais claramente, ao Estado Novo. Para isso, constrói todo o poema em torno da associação de S. João à primeira organização maçónica, a Grande Loja de Londres, depois crismada Grande Loja de Inglaterra, que foi realmente criada no dia 24 de Junho, no ano de 1717, e que adoptou S. João Baptista como seu patrono. Pessoa explora este dado histórico, ficcionando S. João como o secreto fundador da Maçonaria, em resultado de uma «partida» que o santo, descido à terra disfarçado, teria feito à «Igreja constituída», para a arreliar e se vingar dela. O poeta, comenta, agradado: «Eu a julgar-te até católico / E tu saí-me maçõ». E o poema termina com um abraço fraternal ao maçõ S. João dado pelo poeta, que declara ser templário. O intuito político provocatório deste poema é evidente, se pensarmos que o Estado Novo tinha pouco antes mandado extinguir a Maçonaria por meio de uma lei que Fernando Pessoa atacara publicamente num artigo de grande retumbância. No termo dessa breve polémica, logo silenciada pelo chefe do governo, Pessoa ficara sob vigilância redobrada da censura e impedido de voltar a escrever sobre a Maçonaria (BARRETO: 2011). O poeta devia estar perfeitamente ciente que a publicação do poema «S. João» não seria viável nessas circunstâncias.

Em «S. Pedro», como se disse, não há vestígios da intentada separação dos santos populares das zonas de influência da Igreja Católica e ao Estado Novo. Os atributos da representação iconográfica de S. Pedro, as chaves e as barbas brancas, são associados por Pessoa a aspectos que para ele são negativos. As chaves de S. Pedro aludem a encarceramento, a «um céu claustal», à ausência de liberdade, mas também ao Papado e à Igreja de Roma, que «as cruzou no seu brasão». As barbas, ainda que possam ter «um ar terno», lembram as do Padre Eterno – expressão utilizada deliberadamente, pelas suas reminiscências da verve anticatólica de Guerra Junqueiro. Para o povo, diz Pessoa, S. Pedro é «quem lhe não vem dar nada de novo». Se o povo celebra com alegria o dia de S. Pedro, é porque tem fé, «Não em ti nem nas barbas tuas / Mas no que a alegria é».

*

Concluindo, em *Praça da Figueira*, Fernando Pessoa contesta a mobilização e apropriação dos «santos populares» lisboetas pelo Estado Novo e pela Igreja católica. Essa atitude está patente no título geral dos três poemas, que alude às ancestrais festas populares, não enquadradas pelo poder, contrariamente às novas Festas de Lisboa que o regime, secundado pela Igreja, organiza a partir de 1934, com manifestos propósitos políticos. Fernando Pessoa procede, por um lado, enfatizando o cunho pagão e dionisíaco das festas juninas e, por outro, associando provocatoriamente S. João à Maçonaria, então a inimiga principal do regime salazarista e da Igreja católica. Santo António, que a Igreja portuguesa e o papa pretendiam então conotar com o Estado Novo, é despido dos seus atributos católicos e devolvido pelo poeta ao povo profano, «O povo que não sabe onde é o céu». Deste modo, Fernando Pessoa faz uma artificiosa reinterpretação religiosa e política dos dois «santos populares», tentando voltá-los contra a Igreja e o regime de Salazar. No período em que escreveu estes três poemas, Pessoa produziu também uma série de escritos políticos anti-salazaristas, textos panfletários anticatólicos, uma dúzia de poemas satíricos contra Salazar e o seu regime, bem como o longo poema pessimista «Elegia na Sombra». Os poemas de *Praça da Figueira* inscrevem-se perfeitamente nessa torrente de polémica e oposição que foi jorrando da pena do escritor ao longo de 1935, até à sua morte. Tal como a totalidade desses textos e poemas, que ficaram inéditos, *Praça da Figueira* não teria certamente escapado à censura, se Pessoa se tivesse empenhado na sua publicação.



Folha dobrada a meio que terá servido de invólucro dos originais dos poemas, com o(s) título(s) «S. Antonio | S. João | S Pedro» [BNP/E3, 63-17^r].

Anexo 1 [BNP/E3, 63-17 a 27 e 133F-26^r].

PRAÇA DA FIGUEIRA¹

Ainda que escriptos sobre o thema popular dos tres Santos lisboetas de Junho, estes poemas não são, nem pretendi que fossem, populares. Baseados no obscuro sentimento pagão do nosso povo, pretendeu-se que o passassem para outro nivel; que, sendo fieis à emoção simples do povo lisboeta, a interpretassem, sem obscuridade desnecessaria, com as complexidades naturaes da intelligencia.

Foram escriptos, todos os tres, no dia 9 de Junho de 1935. Chronologicamente, pois, não ha nelles erro, salvo se houver qualquer coisa de erro em toda ante-cipação.²

63-18

Ainda que escriptos sobre
o ~~thema~~ ^{thema} dos tres
santos ~~lisboetas~~ ^{lisboetas} de
Junho, estes poemas não
são, nem pretendi que
fossem, populares. Baseados
no obscuro sentimento
pagão do nosso povo,
pretendeu-se que o
passassem para outro ni-
vel; que, sendo fieis
à emoção simples do
povo lisboeta, a
interpretassem, sem obscuri-
dade desnecessaria, com as comple-
xidades naturaes da
intelligencia.

Foram escriptos, todos
os tres, no dia 9 de
Junho de 1935. Chronologicamente,
pois, não ha nelles

erro, ~~salvo se houver~~ ^{salvo se houver} qualquer
coisa de erro em toda ante-cipação.
9/6/1935.

Santo Antonio

Nasci exactamente no teu dia –
 Treze de Junho, quente de alegria,
 Cidadino, bucolico e humano,
 Onde até esses cravos de papel
 5 Que têm uma bandeira em pé quebrado
 Sabem rir...
 Santo dia profano
 Cuja luz sabe a mel
 Sobre o chão de bom vinho derramado!

10 Santo Antonio, és portanto
 O meu santo,
 Por isso quero que passes,
 Se bem que nunca me pegasses
 Teu franciscano sentir,
 15 Catholico, apostolico e romano.

(Reflecti.
 Os cravos de papel creio que são
 Mais propriamente, aqui,
 Do dia de S. João...
 20 Mas não vou escangalhar o que escrevi.
 Que tem um poeta com a precisão?)

Adeante... Ia eu dizendo, Santo Antonio,
 Que tu és o meu santo sem o ser.
 Por isso o és a valer,
 25 Que é essa a santidade boa,
 A que fugiu deveras ao demonio.
 És o santo das raparigas,
 És o santo de Lisboa,
 És o santo do povo.
 30 Tens uma aureola de cantigas,
 E então
 Quanto ao teu coração –
 Está sempre aberto lá o vinho novo.

Dizem que foste um prègador insigne,
 35 Um austero, mas de alma ardente e anciosa,
 Etcetera...

Mas qual de nós vae tomar isso à letra?
Que de hoje em diante quem o diz se digne
Deixar de dizer isso ou qualquer outra cousa.

40 Qual santo! Olham a arvore a olho nu
E não a vêem, de olhar só os ramos.
Chama-se a isto ser doutor
Ou investigador.

Qual Santo Antonio! Tu és tu.
45 Tu és tu como nós te figuramos.

Valem mais que os sermões que deveras prègaste
As bilhas que talvez não concertaste.
Mais que a tua longinqua santidade
Que até já o Diabo perdoou,
50 Mais que o que houvesse, se houve, de verdade
No que – aos peixes ou não – a tua voz prègou,
Vale este sol das gerações antigas
Que acorda em nós ainda as semelhanças
Com quando a vida era só a vida e instinto,
55 As cantigas,
Os rapazes e as raparigas,
As danças
E o vinho tinto.

Nós somos todos quem nos faz a historia.
60 Nós somos todos quem nos quer o povo.
O verdadeiro titulo de gloria,
Que nada em nossa vida dá ou traz
É haver sido taes quando aqui andámos,
Bons, justos, naturaes em singeleza,
65 Que os descendentes dos que nós amámos
Nos promovem a outros, como faz
Com a imaginação que ha na certeza,
O amante a quem ama,
E o faz um velho amante sempre novo.
70 Assim o povo fez contigo
Nunca foi teu devoto; é teu amigo,
Ó eterno rapaz.

(Qual santo nem santeza!
 Deita-te noutra cama!)
 75 Santos, bem santos, nunca têm beleza.
 Deus fez de ti um santo ou foi o Papa?...
 Tira lá essa capa!
 Deus fez-te santo? O Diabo, que é mais rico
 Em fantasia, promoveu-te a mangerico.

80 És o que és para nós. O que tu foste
 Em tua vida real, por mal ou bem,
 Que coisas ou não-coisas se te devem
 Com isso a esteril multidão arrote
 Na nora de erros d'uns burros que puxam, quando escrevem,
 85 Essa prolixa nullidade, que se chama a historia.
 Quem foste tu ou foi alguém,
 Só Deus o sabe, e mais ninguém.

És pois quem nós queremos, és tal qual
 O teu retrato, como está aqui,
 90 Neste bilhete postal.
 E parece-me até que já te vi.

És este, e este és tu, e o povo é teu –
 O povo que não sabe onde é o céu,
 E nesta hora em que vae alta a lua
 95 Num placido e legitimo recorte,
 Atira risos naturaes à morte,
 E, cheio de um prazer que mal é seu,
 Em canteiros que andam enche a rua.

Sê sempre assim, nosso pagão encanto,
 100 Sê sempre assim!
 Deixa lá Roma entregue à intriga e ao latim,
 Esquece a doutrina e os sermões.
 De mal, nem tu nem nós merecíamos tanto.
 Foste Fernando de Bulhões,
 105 Foste Frei Antonio –
 Isso sim.
 Porque demonio
 É que foram pregar contigo em santo?

Dizei-me forte um pejado visigae,
~~sem aseta~~ ~~na austeria~~
 um austerio, com alma calma e ~~anciosa~~,
 Etcetera...
~~Para effeito de vis rae temas vis a' littera?~~
~~De br. m. de br.~~ ~~que o di. se digue~~
 Dexas de di. vis, de qualque arte lousa
 O meu santo! ^{a avne} ~~Chama~~ a ~~meu~~ um
~~se vem a avne de dize vis~~
 E ~~ad~~ a ~~vem~~ ~~para~~ ~~vis~~ ~~vem~~ ~~ramos~~.
 Chama - m a ~~vite~~ ~~por~~ ~~littera~~ ~~santos~~
 An ~~indistigado~~.

Continuação da página anterior do poema «Santo Antonio» [BNP/E3, 63-20°].

29

2

(Qual santo vem santo!
 Heita-te n'outra comua!)
 Santos, bem santos, nunca tão bellos,
 Deus fez de ti um santo ou foi o Papa?...
 Desta fôrza que capas!
 Dêz fo-te santo? O Diabo, p'ê mais risio
 Em fantasia, prometter-te a manjerico.
 E' o p'ê e para n'ós. O que tu foste
 Em tua vida real, por mal ou bem,
 Para com os que se g'ra: tu te deves
~~que aloga tuaste, ou que a deves~~
~~Com uns ^{de} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas~~
~~Com uns ^{de} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas~~
 tua p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 De p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 De p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 E' p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 O teu retahato, como stas aqui,
 Nosta p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 Já te vis Parua - m'p' já te vi.
 E' stas, a stas ^{de} stas, e o povo e' teu -
 O povo p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 E nosta hora em p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 Num placido e legitimo recato,
 Atria n'ós ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 E chus ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 Em ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 De ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 Si sempre ois!
 Dêz a Roma entregue a' int'ra e a' latin,
 De ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas ^{que} p'curas
 De mal, nem tu nem n'ós merecíamos tanto.

Na nota da nota

Continuação da página anterior do poema «Santo Antonio» [BNP/E3, 63-19].

63-27

SANTO ANTONIO

Nasci exactamente no teu dia -
 Treze de Junho, quente de alegria,
 Cidadino, bucolico e humano,
 Onde até esses cravos de papel
 Que têm uma bandeira em pé quebrado
 Sabem rir...
 Santo dia profano
 Cuja luz sabe a mel
 Sobre o chão de bom vinho derramado!

Santo Antonio, és portanto
 O meu santo,
 Se bem que nunca me ~~pegasse~~ pegasses
 Teu franciscano sentir,
 Catholico, apostolico e romano.

(Reflecti.
 Os cravos de papel creio que são
 Mais propriamente, aqui,
 Do dia de S. João...
 Mas não vou escangalhar o que escrevi.
 Que tem um poeta com a precisão?)

Adeante... Ia eu dizendo, Santo Antonio,
 Que tu és o meu santo sem o ser.
 Por isso o és a valer,
 Que é essa a santidade boa,
 A que fugiu deveras ao demonio.
 És o santo das raparigas,
 És o santo de Lisboa,
 És o santo do povo.
 Tens uma aureola de cantigas,
 E então
 Quanto ao teu coração -
 Está sempre aberto lá o vinho novo.

Dizem que foste um pregador insigne,
 Um austero, mas de alma ardente e anciosa,
 Etcetera...
 Mas qual de nós vae tomar isso à lettra?
 Que de hoje em diante quem o diz se digne
 Deixar de dizer isso ou qualquer outra cousa.

Qual santo! Olham a arvore a olho nu
 E não a vêem, de olhar só os ramos.
 Chama-se a isto x ser doutor
 Ou investigador.

Qual Santo Antonio! Tu és tu.
 Tu és tu como nós te figuramos.



Cópia dactilografada das primeiras sete estrofes do poema «Santo Antonio» [BNP/E3, 63-27].

S. João

Ó Precursor, fizestel-a bonita!
 Não que teu Christo, incarnação do Bem
 Não seja quem Anunciado.
 O mal são os que após, sem mystica divina,
 5 Nem ternura christã, ou só humana,
 Metteram a Jesus na cella da doutrina
 Com as algemas do odio manietado
 Para depois manchar de falsa fé
 O pobre homem que todo homem é.

10 A cruel multidão negramente infinita
 Que tem sido o algoz ou o ladrão
 Da ingenua humanidade afflictica –
 Esses que, aqui mesmo, pelos modos,
 Dão ao inferno realização...
 15 Ah, não podiam ser peores, nem
 Que a mulher do Diabo, se elle a tem,
 Os tivesse parido a todos.

Eu bem sei que houve muito santo e crente,
 Muito puro, bondoso e inocente.
 20 Bem sei, bem sei:
 Sei o eu e sabe-o toda a gente.
 Mas esses, cuja alma está em Christo
 São só isto –
 Qualquer remedio que se dissolvesse
 25 No chá que para isso ha,
 E cujo gosto nelle se perdesse;
 O chá fica sabendo só a chá.
 Se o remedio faz bem,
 Não o sabe ninguem.
 30 Que o chá não presta, não duvida alguem.

Sabemos isso, e sabel-o hia antes
 De todos nós teu Mestre que viria,
 Propheta, Deus e guia dos errantes.
 Quão dolorosamente o saberia!
 35 Sei que houve astros no ceu da fé vazia.
 Sei, mas repara que falso isso soa!

Por mais astros que a noite use brilhantes,
Que Diabo!, a noite não se chama dia.

Ó Precursor! Fizeste-a boa!

40 Deliro. Para nós, os de Lisboa,
Não és o precursor de nada.
És um rapaz ainda menino
Que tem por missão boa,
Por missão sorridente e socegada
45 Ter ao collo um cordeiro pequenino.

Lá o que esse cordeiro significa
Não tem cheiro
Para o povo, que tem a alma rica
Da emoção que não conhece.
50 Para elle o cordeiro é um cordeiro,
E o menino sorri e a vida esquece.

O resto são fogueiras
E os saltos dados a gritar
Com um medo exaggerado
55 Feito tudo de maneira
A mostrar
O riso, as pernas e o agrado.
É quente e anonyma a aragem,
Tudo é juventude e viço
60 Num arraial multicolor e vasto.
Bonito serviço
Como homenagem
A quem, ainda com cabeça, foi um casto!

Mas é assim que és
65 E é assim que serás,
Até que pisem esta terra os pés
Do ultimo fado que o Destino traz.

Então, esperamos, eu e todos,
Ver-te “surgir no ceu”, como quem vence
70 Tudo que é realidade ou illusão
Por o menino ser que lhe pertence,

E os seus bons e santos modos
 “Com o cordeirinho na mão”,
 Como te viu Catullo Cearense.

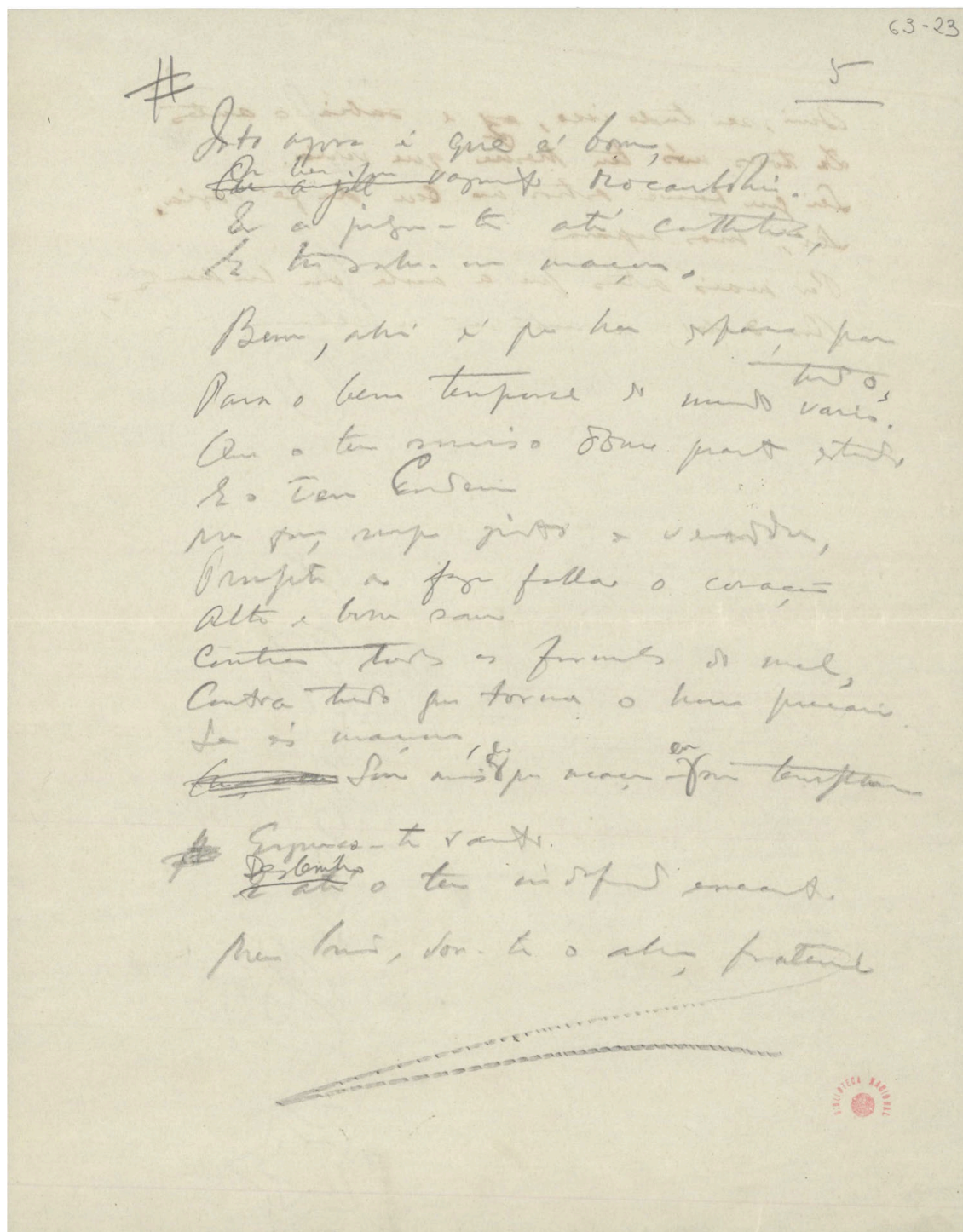
75 Mas, desçamos à terra,
 Que, por enquanto, o ceu aterra,
 Porque antes d’isso mette a morte.
 Ha muita coisa desconhecida
 Na tua vida.

80 Tens muita sorte
 Em ninguem saber da partida
 Que em mil setecentos e dezasete
 Tu fizeste à Igreja constituída.
 Estavas, eu bem sei, cansado
 85 Com o que a Igreja se intromette
 Com tua vida e o teu divino fado.

E foi então que, para te vingar
 E, à maneira de santo, os arreliar,
 Desceste mansamente à terra
 90 Perfeitamente disfarçado
 E fizeste entre os homens da razão
 Um milagre assignado,
 Mas cuja assignatura se erra,
 Quando em teu dia, S. João do Verão,
 95 Fundaste a Grande Loja de Inglaterra.

Isto agora é que é bom,
 Se bem que vagamente rocambolico.
 Eu a julgar-te até catholico,
 E tu sahes-me maçõn.

100 Bem, ahi é que ha espaço para tudo,
 Para o bem temporal do mundo vario.
 Que o teu sorriso doure quanto estudo
 E o teu Cordeiro
 Me faça sempre justo e verdadeiro,
 105 Prompto a fazer falar o coração
 Alto e bom som
 Contra todos as formulas do mal,

Quinta e última página do poema «S. João» [BNP/E3, 63-23^r].

S. Pedro

Tu, que Diabo?, és velho.
 És o unico dos trez que traz velhice
 Às festas. Tuas barbas brancas
 Têm comtudo um ar terno
 5 A que o teu duro olhar não dá razão.
 Parece que com essas barbas brancas
 Por um phenomeno de imitação
 Pretendes ter um ar de Padre Eterno.

Carcereiro do ceu, isso é o que és,
 10 Basta ver o tamanho d'essas chaves –
 As que Roma cruzou no seu brasão.
 Segundo aquelle passo do Evangelho
 Do “Tu és Pedro” etcetera (tu sabes),
 Que é, afinal, uma fraude
 15 Meu velho, uma interpolação.

Carcereiro do ceu, que chaves essas!
 Nem dão vontade de ser bom na terra,
 Se, segundo evangelicas promessas
 Vamos parar, ao fim, a um ceu claustral.
 20 Isso – fecharem-me – não quero eu,
 Nem com Deus e o que é seu
 Que o estar fechado faz-me mal
 Até na beatitude do teu ceu,
 Entre os santos do paraiso,
 25 (A liberdade Deus dá a Deus –
 Um Deus que não sei se é o teu),
 O estar fechado, aqui ou alli, dizia eu
 Faz-me terriveis coegas no juizo.

Enfim, que direi eu de ti, amigo,
 30 Que não seja uma coisa morta,
 Anti-popular, gongorica,
 Por fruste deselegante,
 Como de quem, sem saber nada, exhorta.
 Começo por duvidar bastante,
 35 Desculpa-me chaveiro antigo,
 De que tivesses existencia historica.

Mas isso, é claro, não importa
 Se nos trazes
 A alegria da singeleza
 40 Ou a bondade que não sabe ter tristeza.
 O peor é que nada d'isso fazes.
 O teu semblante é duro e cru
 E as barbas que roubaste ao Deus que tens
 Só arrancam aos dandies teus loquazes
 45 Ditos de dandyísimos desdens.
 Que diabo, és uma série de ninguens.
 O Santo são as chaves, e não tu.

Para uns és S. Pedro, o grão porteiro,
 Para outros as barbas já citadas,
 50 Para uns o tal fatidico chaveiro
 Que fecha à chave as almas sublimadas.
 Para uns fundaste a Roma do Papado
 (Andavas bebado ou enganado
 Ou esqueceste
 55 O teu Mestre quando o fizeste)
 E para outros enfim, como é o povo
 E segundo as ideias que elle faz,
 És quem lhe não vem dar nada de novo –
 Umás barbas com S. Pedro lá por traz.

60 É difícil tratar-te em verso ou prosa,
 Tudo em ti, salvo as barbas, é incerto.
 Tudo teu, salvo as chaves, não tem ser.
 E a alma mais humilde é clamorosa
 De qualquer coisa que se possa ver,
 65 Em sonho até, qual se estivesse perto.

Olha, eu confesso
 Que nunca escreveria
 Este vago poema, em que me apresso
 Só para me ver livre do teu nada,
 70 Se não fosse para dar um cunho
 A este livro da trilogia
 (Santo Antonio, S. João, S. Pedro. –

De popular, que bem que sôa!)
Mas porque diabo de intuição errada
75 É que vieste parar a Junho
E a Lisboa?

Isto aqui ainda tem
Um sorriso que lhe fica bem,
Que até, até
80 No teu dia,
(Ó estupor velho
Com um chavelho,
Nas ruas
O povo anda com alegria,
85 É fé,
Não em ti nem nas barbas tuas
Mas no que a alegria é.

Olha, acabei.
Que mais dizer-te, não sei.
90 Espera lá, olha.
Roma, fingindo que viceja,
Lentamente se desfolha.
Um gesto volvente e mudo
Teu ultimo gesto seja.
95 Se tens poder milagroso,
Se essas chaves abrem tudo,
Deixa esse ceu lastimoso.
Deixa de vez esse ceu,
Desce até à humanidade
100 E abre-lhe, enfim, no mudo gesto teu,
As portas da Justiça e da Verdade.

9-6-1935

63-26

4

~~Poeme que cantai~~
 Mas por d'isto se intueis emba
 e' por v'isto pois a' f'ra
 e a Lisboa?

Dei aqui ainda tu
 um mundo por tu f'ca bem,
 Am' ate' ate'
 No teu dia,
 (O' estrepes v'elles
 Com um charullo,)

Na' mais
~~o' f'ra~~ com aboi,
 e' fe'
 Na' em te ven nos b'cos tuos
 Mas no' por a' alegr' e'.

Mãe, acabar'
 Que n'is d'isto, n'is n'is.
 Espera tu, Mãe.
 Roma, frifido por ^{vila} ~~essa~~,
~~estrepes~~ m' d'ap'lo, ^{mas} ~~no~~ ^{gato} ~~v'elante~~ e ~~mundo~~
~~de~~ ^{tu} ~~o~~ ^o ~~teu~~ ^o ~~ultimo~~ ^o ~~gesto~~ ^o ~~o~~
 Se tens pulso milagroso,
 Se nos chamas aboi todo,
 Deixa o teu ceu latim.
 Deixa de v'os que ceu,
 Deixa ate' a humidade
 e aboi, ~~o~~ ~~estrepes~~ ~~mas~~ ~~de~~ ~~tu~~
 do pulso d'isto, e de verdade.

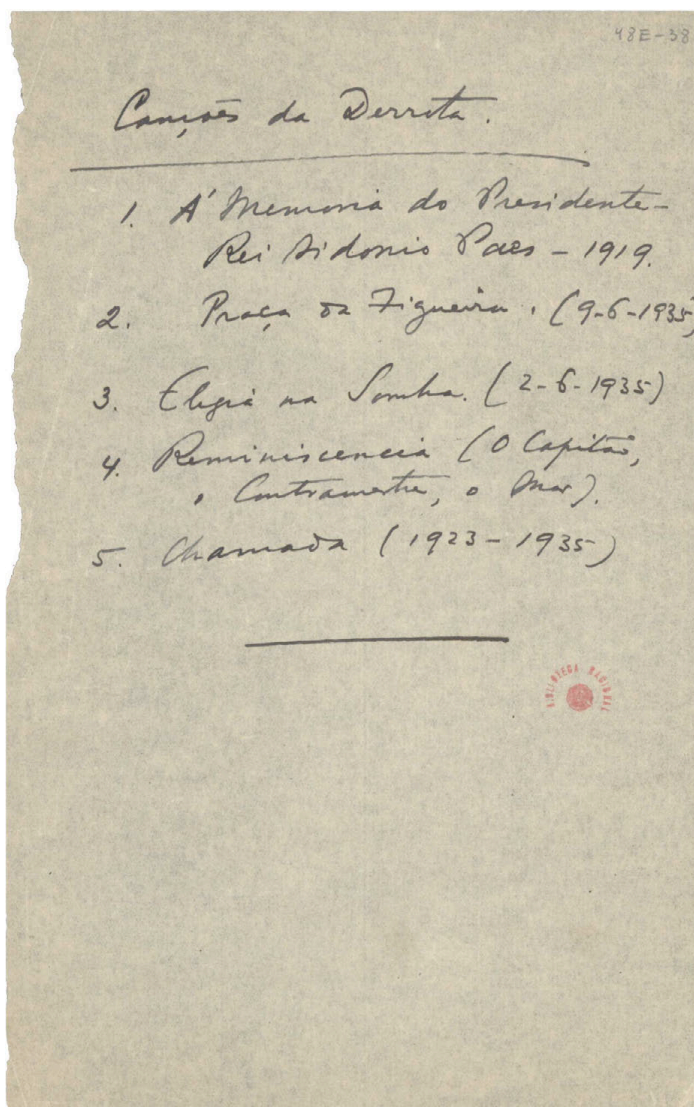
Quarta e última página do poema «S. Pedro» [BNP/E3, 63-26].

Anexo 2: Projectos editoriais de 1935 com referência a «Praça da Figueira».**2.1.** BNP/E3, 48E-38^r

[Junho-Julho de 1935]

Canções da Derrota

1. Á Memoria do Presidente-Rei Sidonio Paes – 1919.
 2. Praça da Figueira (9-6-1935).
 3. Elegia na Sombra (2-6-1935).
 4. Reminiscencia (O Capitão, o Contramestre, o Mar).¹
 5. Chamada (1923-1935).
-



2.2. BNP/E3, 133F-26^r

[Junho-Julho de 1935]

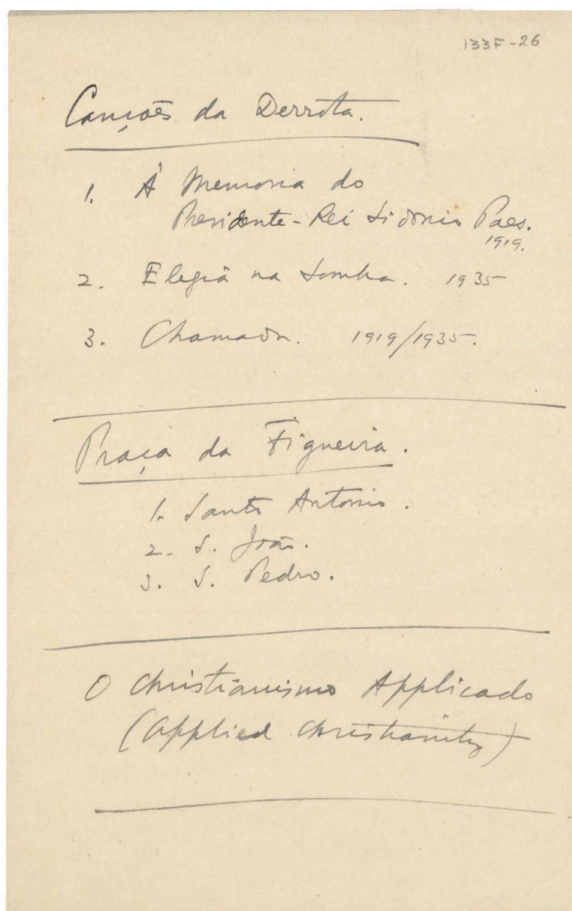
Canções da Derrota

1. À Memória do Presidente-Rei Sidonio Paes. 1919.
 2. Elegia na Sombra. 1935.
 3. Chamada. 1919/1935.
-

Praça da Figueira

1. Santo Antonio.
 2. S. João.
 3. S. Pedro.
-

O Christianismo Applicado (Applied Christianity).



2.3. BNP/E3, 63-31^r

[Julho de 1935]²

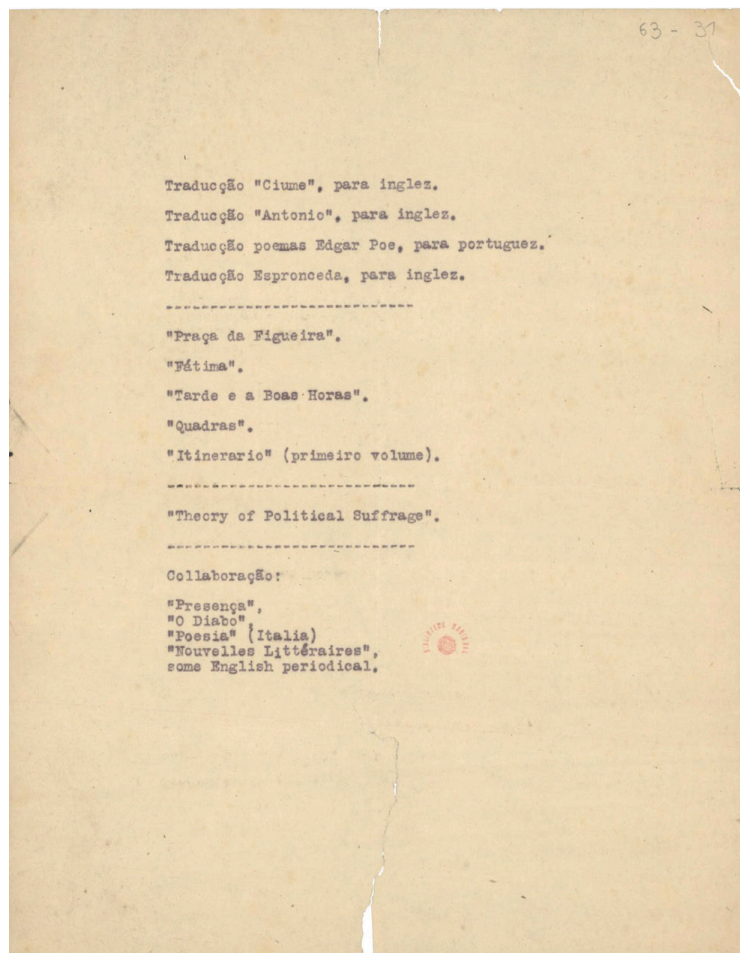
Tradução "Ciume", para inglez.
Tradução "Antonio", para inglez.
Tradução poemas Edgar Poe, para portuguez.
Tradução Espronceda, para inglez.

"Praça da Figueira".
"Fátima".
"Tarde e a Boas Horas".
"Quadras".
"Itinerario" (primeiro volume).

"Theory of Political Suffrage".

Collaboração:

"Presença",
"O Diabo",
"Poesia" (Italia)
"Nouvelles Littéraires",
some English periodical.



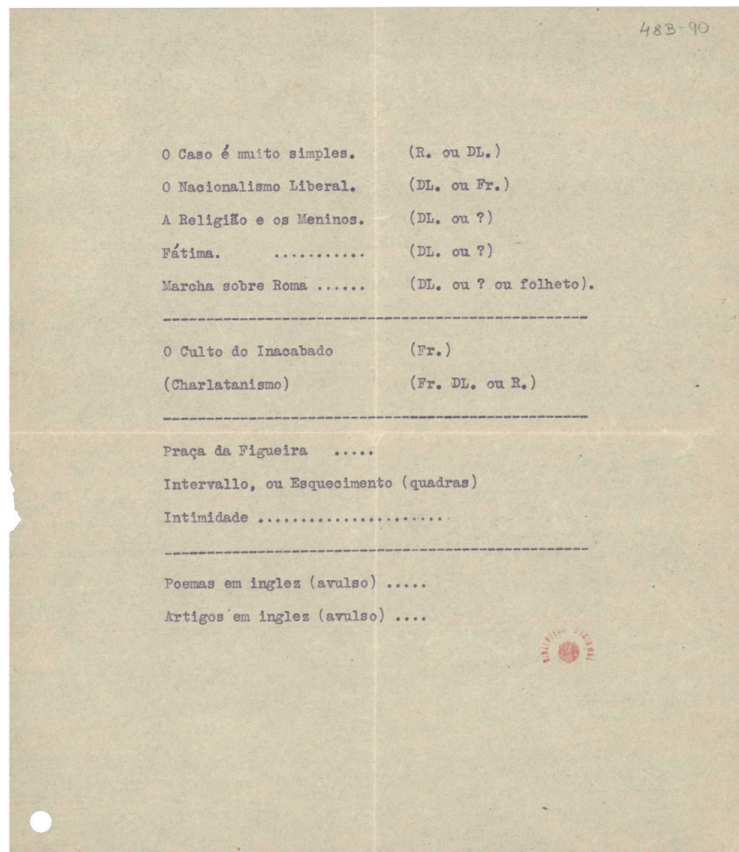
2.4. BNP/E3, 48B-90^r[Outubro de 1935]³

O Caso é muito simples. (R[epublica] ou D[iario] de L[isboa])
 O Nacionalismo Liberal. (DL. ou Fr[adique])
 A Religião e os Meninos. (DL. ou ?)
 Fátima. (DL. ou ?)
 Marcha sobre Roma (DL. ou ? ou folheto).

O Culto do Inacabado (Fr.)
 (Charlatanismo) (Fr. DL. ou R.)

Praça da Figueira
 Intervallo, ou Esquecimento (quadras)
 Intimidade

Poemas em inglez (avulso)
 Artigos em inglez (avulso)



Anexo 3: Assento de baptismo e pagela de Santo António: na passagem do 130.º aniversário do nascimento de Fernando António Nogueira Pessoa, nascido a 13 de Junho de 1888, dia de Santo António, divulgam-se aqui dois documentos: o seu assento de baptismo, lavrado pelo prior da freguesia dos Mártires a 21 de Julho de 1888, bem como uma gravura oitocentista que pertenceu ao poeta, com a reprodução da imagem de Santo António então existente na Igreja dos Mártires, onde ele foi baptizado. O assento de baptismo aparentemente nunca foi publicado. A pagela de Santo António conserva-se no espólio familiar de Fernando Pessoa.

3.1. Assento de baptismo de Fernando Pessoa¹

[21 de Julho de 1888]

N.º 20
 Fernando – f.º leg.º
 de Joaquim de Seabra Pessôa,
 e de D. Maria Magdalena
 Nogueira Pessôa – 1888.

Aos vinte e um dias do mez de julho do anno de mil oitocentos oitenta e oito n’esta Igreja parochial de Nossa Senhora dos Martyres, em Lisbôa, baptizei solemnemente um individuo do sexo masculino, a quem dei o nome de – Fernando – que nasceu n’esta freguesia pelas tres horas e vinte minutos da tarde do dia trese do proximo passado mes de junho, filho legitimo de Joaquim de Seabra Pessôa, empregado publico, natural de Lisbôa, freguesia da Sé Patriarchal, e de Dona Maria Magdalena Nogueira Pessôa, d’occupação domestica, natural de Angra do Heroismo, recebidos na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisbôa, e moradores n’esta de Nossa Senhora dos Martyres no Largo de S. Carlos, numero quatro, quarto andar. Neto paterno do General do exercito Joaquim Antonio de Araujo Pessôa e de Dona Dionysia de Seabra Pessôa, e materno do Conselheiro Luiz Antonio Nogueira e de Dona Magdalena Xavier Pinheiro Nogueira. Foram padrinhos o General do exercito Claudio Bernardo Pereira de Chaby, casado, membro da Real Academia das Sciencias de Lisbôa, e da Real Academia de Historia de Madrid, morador na Calçada da Ajuda, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, em Belem, d’este Patriarchado, e Dona Anna Luiza Pinheiro Nogueira, solteira, thia materna do baptizado, moradora na rua Serpa Pinto, numero trinta e oito, terceiro andar, d’esta freguesia. Para constar lavrei em duplicado este assento, que, lido e conferido perante os padrinhos, com elles assigno. *Era ut supra.*

Anna Luiza Pinheiro Nogueira

Claudio Bernardo Per.^a de Chaby

O Prior Mons.^{or} Antonio Ribeiro dos Santos Viegas.

104
Luzia

havrei em simplendo este assento, que, lido e con-
fido por ante os padrinhos, com elles assigno.
Era ut supra.

fezella Adelaide Loureiro Sobch
Fernando Augusto Sobch
Prior Mons.^{or} Antonio Ribeiro dos Santos Viegas

Aos vinte e um dias do mes de julho do anno
de mil oitocentos oitenta e oito nesta Igreja
parochial de Nossa Senhora dos Martyros, em
Lisboa, baptisei solemnemente um individuo
de sexo masculino, a quem dei o nome de Fer-
nando que nasceu nesta freguesia pelas tres
horas e vinte minutos da tarde do dia tresse
do proximo passado mes de junho, filho le-
gitimo de Joaquim de Seabra Pessoa, emprega-
do publico, natural de Lisboa, freguesia
da Sé Patriarchal, e de Dona Maria Magda-
lena Nogueira Pessoa, de occupação domesti-
ca, natural de Braga do Heroismo, recubi-
do na freguesia de Santos-o-Velho, em Lis-
boa, e morador no Largo de São Carlos, nume-
ro quatro, quarto andar. Neto paterno do
General do exercito Joaquim Antonio de Sa-
ra Pessoa e de Dona Dionysia de Seabra Pe-
ssoa, e materno do Conselheiro Luiz Antonio
Nogueira e de Dona Magdalena Carrin
Pereira Nogueira. Foram padrinhos
o General do exercito flandés Bernardo
Pereira de Chaby, casado, membro da Real
Academia das sciencias de Lisboa, e da
Real Academia de historia de Madrid,
morador na Calçada da Ajuda, freguesia
de Nossa Senhora da Ajuda, em Belem,

N.º 20
Fernando - f.º 6.
de Joaquim de Sa-
bra Pessoa, e de
Maria Magdalena
Nogueira Pessoa
1888

Faleceu em primeira
de Novembro de 1935
na freguesia de Santa
Isabel, comelho de dis-
boa. Assento de d.º 15
n.º 1374 de 1935 do
5.º Conservatorio de
Lisboa. Doc. n.º 442-
-fase n.º 6. Em 29 de
Dezembro de 1983
passado: "em trinta e
quatro dias de Junho de
1983. O d.º 15
de Julho de 1983.

d'ute Sabia archado, e Dona Anna Luiza Pi-
 nheiro Noqueira, sotteira, thia materna do
 baptisado, moradora, na rua Serpa Pinto, nu-
 mero trinta e oito, terceiro andar, d'uta fregue-
 sia. Para constar lavrei em duplicado ute
 assunto, que, lido e conferido perante os padri-
 nhos, com elles assigno. Era ut supra.
 Anna Louisa Pinheiro Noqueira
 Claudio Pinheiro de Paes de Choby
 O Prior Mons.^o Antonio Ribeiro dos Santos Viga

N.^o 21 Nos vinte e oito dias do mez de julho do anno
 de mil oitocentos oitenta e oito meeta Egrizal
 Diniz. f. leg.^o de de mil oitocentos oitenta e oito meeta Egrizal
 Joao da Costa Santiago parochial de Nossa Senhora dos Martyros, em
 de farvalho e Sousa Lisboa, baptisei solemnemente um individuo
 e D. Maria Carolina do sexo masculino, a quem dei o nome de Diniz
 e Magalhães Santiago nascen meeta freguesia pelas quatro horas da
 go 1888 tarde do dia vinte e tres do corrente mez e
 anno, filho legitimo de Joao da Costa Santiago
 de farvalho Sousa, Bacharel formado em di-
 reito, proprietario, natural do Porto, freguesia
 de Santo Ildefonso, e de Dona Maria Caroli-
 ma de Magalhães Santiago, proprietaria,
 natural do Porto, freguesia de S. do Espírito,
 recibidos em Matagala na Herpanha, e mo-
 radores no Hotel Central d'uta freguesia de
 Nossa Senhora dos Martyros. Meos padres
 de Joao da Costa Santiago e de Dona Isabel
 Julia de Sousa Santiago, e maternos de Anto-
 nio da Silva Pereira de Magalhães e de Dona
 Rosa da Silva Pereira de Magalhães. Tamen
 padrinhos Diniz da Costa Santiago de farvalho
 e Sousa, casado, thia paterno do baptisado, the-
 soureiro da Camara Municipal do Porto, on-
 de reside, e a avo materna Dona Rosa da

cedula 34311 f.
 cancelado e suas
 crito sob o n.^o 25
 de livro, 5 festa
 festa farnesadora
 Lisboa 21 de dezem-
 bro de 1988. Jan
 servado 27 e 28

3.2. Pagela de Santo António que pertenceu a Fernando Pessoa²



«[SANTO] ANTONIO | Que se venera na Igreja de N[ossa] Senhora dos Martyres | Sua Eminencia conc[ede] 40 dias d'Indulg[encia] a todas as pessoas que devotamente vizitarem esta imagem.»

Notas

Às notas abaixo correspondem chamadas numéricas (no caso de prosa ou de listas) ou números de versos (no caso de poemas).

ANEXO 1: Praça da Figueira

- 1 Título geral baseado em BNP/E3, 133F-26^r. Na edição Margarido (doravante M), este título geral foi arbitrariamente excluído. Na edição Prista (doravante P), foi adoptado o título geral. O texto manuscrito do preâmbulo, dos três poemas e da cópia dactilografada das primeiras sete estrofes de «Santo Antonio», juntamente com as capilhas do conjunto, encontra-se em BNP/E3, 63-17 a 27.
- 2 P leu *ante-cipação*, com hífen, uma grafia julgada propositada. M leu *antecipação*, sem hífen. No manuscrito original (BNP/E3, 63-18^v), parece estar *ante-cipação*, com hífen, mas duas linhas acima, numa variante riscada, lê-se claramente *anticipação*, com dois *ii* e sem hífen.

[Santo Antonio]

- Tít. O título de «Santo Antonio» não aparece no manuscrito, mas apenas na cópia dactilografada das primeiras sete estrofes (BNP/E3, 63-27^r).
- 12 Este verso do original manuscrito não foi retomado por Pessoa na versão dactilografada das primeiras sete estrofes (BNP/E3, 63-27^r). P recuperou-o do manuscrito, conjecturando tratar-se de um lapso do poeta ao fazer a cópia, pois este verso rimaria com o verso seguinte (*passes / pegasses*). Não é líquido que a exclusão do verso no dactiloscrito seja lapso, podendo ser opção deliberada de Pessoa, como em outros pontos do dactiloscrito que alteram a versão original manuscrita. Quanto à rima, há uma série de versos nestes três poemas que também não rimam.
 - 84 M leu: *Na nora de uns burros*. P leu: *Na nora de erros d'uns burros*. O verso na leitura de P, que aqui se adoptou, parece, todavia, demasiado longo.
 - 85 P leu *a que se chama historia*, conjecturando que houve atabalhoamento do poeta na inserção do acrescento *que se chama* na entrelinha, que segundo P deveria localizar-se entre *a* e *historia*. Note-se que este verso é um dos vários que, nos três poemas, não rimam. M omitiu simplesmente as palavras *que se chama*.

[S. João]

- 3 Adoptou-se a leitura de P de um verso difícil de decifrar. M leu: *Não seja quem seja o teu Divino Anunciado*.
- 9 Aqui tem de haver um ponto final, embora não esteja no original, porque sem ele o verso seguinte adquire outro sentido.
- 52 P optou por *fogueira* a rimar perfeitamente com *maneira*. M leu *fogueiras*, no plural, que aqui parece mais plausível, para concordância com o verbo.
- 74 No original está *Céarense*, com acento.
- 92 P leu *arrojado*. M leu *assignado*, que parece ser a leitura correcta.

[S. Pedro]

- 45 P leu: *dandecissimos*. M leu: *dandies cinicos*.

- 85 No original está claramente *É fé*, como leu M, mas P leu *E fé*, que estaria mais de acordo com a sintaxe e a pontuação. Optou-se aqui por reproduzir o que está no original.
- 100 P leu *maior*. M leu *mudo*, que parece a leitura correcta. O adjectivo *mudo* alude ao verso acima *Um gesto volvente e mudo*.
- Data A data está no princípio de «S. Pedro», não no fim. Também no fim do preâmbulo e no início de «Santo Antonio» está a mesma data, mas não em «S. João». P optou por pôr a data no final dos três poemas, solução que aqui se adoptou.

ANEXO 2: Projectos editoriais

- 1 O poema que corresponde a este título está datado no original manuscrito de 9-6-1935 (PESSOA, 2000: 205-207).
- 2 No verso desta página dactilografada encontra-se manuscrito a lápis o poema «Atravez da radiophonia...», datado de 28-7-1935.
- 3 Datável através de «O Caso é muito simples», escrito em Outubro de 1935.

ANEXO 3: Assento de baptismo e pagela

- 1 Arquivo Distrital de Lisboa. Livro de Registo de Baptismos da Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires (1885-1888), fls. 104^r e 104^v [<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4815652>, em 24 de Maio de 2018].
- 2 Espólio familiar, sem cota. Primeira publicação em Jerónimo Pizarro, «Eu ser descoberto em 2198», revista *LER*, nº 109, Janeiro, p. 40; republicação em Carlos Pittella e Jerónimo Pizarro, *Como Fernando Pessoa Pode Mudar a Sua Vida*, Lisboa: Tinta-da-China, 2017, p. 32.

Bibliografia

- AMEAL, João (1935). «Mensagem – versos de Fernando Pessoa». *Diário da Manhã*, Lisboa, 25 de Janeiro, p. 3.
- BARRETO, José (2017). «A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935». *Pessoa Plural – Revista de Estudos Pessoaanos*, n.º 12 (Outono), pp. 503-520 [Doi: 10.7301/Z0RV0KXN].
- ____ (2013a). «O fascismo e o salazarismo vistos por Fernando Pessoa». *Estudos Italianos em Portugal*, nº 8 (nova série), pp. 99-123.
- ____ (2013b). «O Nacionalismo Liberal de Fernando Pessoa», comunicação ao III Congresso Internacional Fernando Pessoa (Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 28-30 de Novembro) [http://www.congressointernacionalfernandopessoa.com/comunicacoes/jose_barreto.pdf, acesso em 25/5/2018].
- ____ (2011). «A história do artigo ‘Associações Secretas’», posfácio a Fernando Pessoa, *Associações Secretas e outros escritos*, edição de José Barreto, Lisboa, Ática, pp. 237-284.
- ____ (2009). «Pessoa e Fátima. A propósito dos escritos pessoanos sobre catolicismo e política». Jerónimo Pizarro (org.), *Fernando Pessoa: O Guardador de Papéis*, Alfragide: Texto Editora, pp. 219-281.
- ____ (2008). «Salazar and the New State in the writings of Fernando Pessoa». *Portuguese Studies*, vol. 24 (2), pp. 168-214.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves (1936). *Obras Pastorais*, vol. I (1928-1935), Lisboa: União Gráfica.
- CRUZ, M. Braga (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa: Bizâncio.
- FERRO, António (1921). «A descoberta de Lisboa no ano de 1921. V – A Praça da Figueira». *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II série, n.º 822, 19-11-1921, pp. 383-385.
- LICHNOWSKY, Príncipe Felix (1946). *Portugal: Recordações do ano de 1842*, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa: Ática.
- MARGARIDO, Alfredo (1986). «Introdução» a Fernando Pessoa, *Santo António, São João, São Pedro* (Lisboa: A Regra do Jogo), pp. 9-90.
- ____ (1985). «Pessoa: na ‘situação’ ou na ‘oposição’?». *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 177, 26 de Novembro, p. 17.
- ____ (1984). «Nota curta para lembrar que Pessoa admirou Mussolini». *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 85. Lisboa, 21 de Fevereiro.
- MELO, Daniel (2013). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, 2.ª ed, Lisboa: ICS.
- MESQUITA, Alfredo (1903). *Lisboa*, Lisboa: Empresa da História de Portugal.
- PESSOA, Fernando (2015). *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*. Edição de José Barreto. Lisboa: Tinta-da-china (col. «Pessoa»).
- ____ (2014). *Álvaro de Campos: Obra Completa*. Edição de Jerónimo Pizarro e Antonio Cardiello. Lisboa: Tinta-da-china (col. «Pessoa»).
- ____ (2000). *Poemas de Fernando Pessoa 1934-1935*. Edição de Luís Prista. Lisboa: INCM (Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série «Maior», vol. I, tomo V).
- ____ (1997). *Quadras*. Edição de Luís Prista. Lisboa: INCM (Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série «Maior», vol. I, tomo VI).
- ____ (1935). «A Romaria». *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, Lisboa, 4 de Janeiro, p. 5.
- SIMPSON, Duncan (2014). *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Edições 70.